

**PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DA AVALIAÇÃO DA
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE
INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA**

SILVA, Gleiciele Cristina Mendes⁹
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

CASTRO, Alexandre¹⁰
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

22

GT 1 - Debates sobre raça, gênero e sexualidade

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil (PNSIPN) está direcionada para o enfrentamento do racismo no âmbito da saúde pública no Brasil. Essa política foi implementada pela Portaria N° 992 de 2009 e se constitui como uma política da esfera federal com impactos na estadual e municipal. Assim, nessa política está expressa:

[...] os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão, voltados para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população. Inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde [...]. (BRASIL, 2007, p. 13).

Essa política vem para promover a saúde de negros e negras, tendo em vista que os mesmos foram retirados violentamente da África para serem sujeitadas a séculos de escravização. Esse período da história do Brasil deixou marcas profundas na sociedade, não à toa negros e negras são os mais vulneráveis e os que vivem sob condições de trabalho mais precárias quando conseguem um trabalho. Todo o contexto histórico, econômico, político e social produz consequências na saúde da população negra. Por isso, se fez e se faz necessária a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil.

⁹ Graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Paranaíba. Psicóloga do NASF em Santa Vitória, MG. gleicymendes@outlook.com.

¹⁰ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Câmpus de Marília/SP. Docente da UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba. alexandrecaastro@uems.br.

SEMINÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: PESQUISA E INTERDISCIPLINARIDADE

Além disso, como uma política pública passou e passa pelo que Secchi (2014) chama de ciclo de políticas públicas. Nesse sentido, para se chegar até ela foi necessário identificar um problema, formar uma agenda, formular alternativas, tomar decisões e implementá-la. Ademais, após e durante a implementação é necessário realizar avaliações para identificação se tal política foi eficiente e eficaz no enfrentamento do problema ou não, se ela deve ser extinta ou melhorada, e como.

Tendo em vista que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi instituída pelo ministério da saúde em 2009, pode-se dizer que ela já passou pelas etapas iniciais do ciclo de políticas e que se faz necessária sua avaliação. Por ser uma política nacional com impactos nas esferas estaduais e municipais, cabe observar se já não existem avaliações nas esferas estaduais e municipais e até mesmo federal e como foram realizadas. Haja vista que, a própria política aponta a necessidade da avaliação de sua implementação, sem, contudo, apontar quais os indicadores que devem utilizados em sua avaliação, esses tendo que ser pactuados nas regiões.

OBJETIVO

Analisar as contribuições e limites da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil desde a sua promulgação.

PROBLEMA DE PESQUISA

Quais são as contribuições e limites, a partir da avaliação da implementação, da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil?

METODOLOGIA

Para atender o objetivo desta pesquisa pretende-se realizar uma pesquisa bibliográfica no Scielo – Scientific Electronic Library Online, que abrange uma coleção de periódicos científicos, bem como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que é composta de bases de dados bibliográficas produzidas pela Rede BVS, como LILACS, além da base de dados Medline e outros tipos de fontes de informação tais como recursos educacionais abertos, sites de internet e eventos científicos. As pesquisas foram realizadas a partir de 2010, pois a referida política foi implementada em 2009. Utilizou-se como critérios de exclusão: não mencionar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e

SEMINÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: PESQUISA E INTERDISCIPLINARIDADE

trabalhos repetidos. Quando não mencionada a referida política pública no resumo, foi procurado menção no texto completo, quando não apresentava, o texto era descartado.

As buscas foram realizadas no final de 2022 e início de 2023, período de construção do trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* Políticas Públicas, Cultura e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Para as buscas no Scielo e na BVS Saúde foram utilizados os descritores “implementação” e “saúde negra”. Na base de dados Scielo foi realizado busca sem filtro, ou seja, considerando todos os índices (ano de publicação, autor, financiador, periódico, resumo e título). Assim, encontrou-se 12 resultados. Dos quais apenas 8 trabalhos mencionavam a PNSIPN. Já para a busca realizada no BVS Saúde aplicou-se o filtro de país de afiliação Brasil, pelo fato da política pública ser do Brasil. Com isso, foram encontrados 36 trabalhos. Dos quais apenas 11 trabalhos mencionavam a PNSIPN.

Ao comparar os trabalhos selecionados dos dois diferentes indexadores foi possível encontrar trabalhos repetidos que foram excluídos, restando 14 trabalhos selecionados como amostra de análise. Os textos selecionados foram lidos integralmente. Ao longo da leitura, notou-se que apenas dois trabalhos abordavam diretamente e explicitamente a avaliação da implementação da PNSIPN. Os demais trabalhos apenas abordavam aspectos que poderiam ser considerados na realização da avaliação da Política, por isso, optou-se por não os excluir.

CONCLUSÃO

Os 14 artigos selecionados apresentam contribuições que a Política pesquisada trouxe. Uma entre as principais contribuições reconhecidas foi que essa política é marcada pelo reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde (SILVA et al., 2021.; GOMES et al., 2021; BATISTA et al., 2020; GOMES et al., 2017; VIEGAS; VARGA, 2016). Outra contribuição é reconhecida em Neto et al., (2015) e em David e Vicentin (2020) que é a garantia da equidade na atenção à saúde para esse segmento populacional, atendendo igualmente o direito de cada um, porém, reconhecendo suas especificidades e valorizando diferenças.

Os demais trabalhos mencionaram contribuições pontuais, relacionados aos objetos pesquisados, os quais não serão apresentados por se tratar de resumo expandido. Ainda, houve um trabalho que não mencionou diretamente a contribuição, mas trabalhou

SEMINÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: PESQUISA E INTERDISCIPLINARIDADE

em cima de conquistas que a Política sancionada trouxe, como a incorporação do quesito raça/cor nos sistemas de saúde (FERREIRA; CAMARGO, 2021).

Os trabalhos que abordavam diretamente a construção de indicadores para a avaliação da PNSIPN foram dois, sendo eles o trabalho de Silva et al. (2021) que objetivou validar um plano de indicadores para a avaliação da implementação da Política nos municípios brasileiros e o trabalho de Batista et al. (2020) que objetivou apresentar a metodologia de construção de um painel de indicadores para monitoramento e avaliação da implementação da Política. Tais propostas apresentam uma série de indicadores que não cabem neste resumo expandido. Por isso, apresenta-se a seguir breves considerações gerais.

Ambas as propostas são válidas e servem para serem utilizadas na avaliação da PNSIPN, por abrangerem diversos indicadores de saúde. Entretanto, o modelo proposto por Silva et al. (2021) é mais amplo, pois abrange mais indicadores, considerando, por exemplo, a população de saúde mental atendida no CAPS. Além disso, é amplo sem ser genérico, pois categoriza os diversos indicadores em qualitativos e quantitativos, um exemplo comparativo é que em Silva et al. (2021) ocorre o questionamento de qual o “Nº de atendimento da população negra nos Caps”, por outro lado, em Batista et al. (2020) menciona a “taxa de internação por transtorno mental”, sem contudo especificar o local que se trata essa internação, se de internação hospitalar, hospital psiquiátrico ou se no próprio CAPS.

Ainda, no que diz respeito aos critérios propostos ou utilizados para a avaliação da política entre 14 trabalhos, 12 não mencionam explicitamente os indicadores. Não mencionavam indicadores os trabalhos de Barbosa, Silva e Sousa (2021); Geraldo et al. (2022); Rezende et al. (2021); Gomes et al. (2021); Monteiro (2016); Ferreira e Camargo (2021); Varga e Cardoso (2016); David e Vicentin, (2020); Gomes et al., (2017); Viegas e Varga; (2016); França, Queiroz e Bezerra, (2016); e Chehuen Neto et al., (2015). Três não apresentaram critérios, principalmente pela compreensão de que o ciclo até o momento estava incompleto em sua implementação (CHEHUEN NETO et al., 2015; VARGA; CARDOSO, 2016; VIEGAS, VARGA; 2016).

Por fim, cabe dizer que apesar do aparato legal, é possível notar que o mesmo não tem sido suficiente para que esse segmento populacional tenha suas peculiaridades reconhecidas. Assim, é interessante que em cada município e estado haja pactuação dos

SEMINÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: PESQUISA E INTERDISCIPLINARIDADE

indicadores a serem considerações regionalmente para que ocorram avaliações periódicas para monitorar e avançar na implementação da PNSIPN.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. R. DA S.; SILVA, C. S. DA .; SOUSA, A. A. P. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. **Revista Katálysis**, v. 24, n. Rev. katálysis, 2021 24(2), p. 353–363, maio 2021.

BATISTA, L. E. (et al.). Indicadores de monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. **Saúde e Sociedade**, v. 29. Saúde soc., 2020 29 (3), 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília, DF, 2007.

CHEHUEN NETO, J. A. (et al.). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20. **Ciênc. saúde coletiva**, 2015 20(6), p. 1909–1916, jun. 2015.

DAVID, E. DE C.; VICENTIN, M. C. G. Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Saúde em Debate**, v. 44. Saúde debate, 2020 44(spe3), p. 264–277, out. 2020.

FERREIRA, R. B. S; CAMARGO C. L. de. Vulnerabilidade da população negra brasileira frente à evolução da pandemia por COVID-19. *Rev Cuid* [Internet]. 18 de maio de 2021.

FRANÇA, M. M. L. de; QUEIROZ, S. B. de; BEZERRA, W. C. Saúde dos povos de terreiro, práticas de cuidado e terapia ocupacional: um diálogo possível? Health of worship place people, care practices and occupational therapy: a possible dialogue?. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 105–116, 2016. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoAO0583.

GERALDO, R. M. (et al.). Preenchimento do quesito raça/cor na identificação dos pacientes: aspectos da implementação em um hospital universitário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27. *Ciênc. saúde coletiva*, 2022 27(10), p. 3871–3880, out. 2022.

GOMES (et al.). IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NA BAHIA. **Rev. Baiana Enferm.** 2017.

GOMES, et al. Saúde da população negra e as ações educativas de uma escola do SUS em tempos de pandemia da COVID-19. **Revista Baiana de Saúde Pública**, 45 (Especial_2), p. 55–69, 2021.

**SEMINÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS:
PESQUISA E INTERDISCIPLINARIDADE**

MONTEIRO, R. B. Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Saúde e Sociedade*, v. 25. **Saude soc.**, 2016 25(3), p. 524–534, jul. 2016.

REZENDE, L. C. (et al.). A prática do enfermeiro na implementação de políticas públicas para a população negra: à luz da ética feminista. *Saúde e Sociedade*, v. 30. **Saude soc.**, 2021 30(4), 2021.

27

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, 2ª ed. São Paulo: **Cengage Learning**, 2014.

SILVA, T. O. (et al.). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma proposta de avaliação. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 129, p. 354–365, abr. 2021.

VARGA, I. VAN D.; CARDOSO, R. L. S. Controle da hipertensão arterial sistêmica na população negra no Maranhão: problemas e desafios. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 664–671, jul. 2016.

VIEGAS, D. P.; VARGA, I. VAN D. Promoção à saúde da mulher negra no povoado Castelo, Município de Alcântara, Maranhão, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 619–630, jul. 2016.